

e assim fazer um trabalho mais produtivo. **Sr. Luiz:** São 2 áreas na Cidade Ademar que tem um pouco mais de favelas do que o Butantã de proporções semelhantes que vamos tentar equilibrar nos outros quadriláteros para que não fique uma região muito defasada em relação à outra. A 3ª fase dos coletores troncos da SABESP, eles têm uma programação de obras para limpeza da calha do Pinheiros, para limpeza da calha do Tietê e temos que ajudá-los nessa questão porque eles têm um dinheiro para investir e você não podem ficar esperando. Por conta disso temos alguma áreas que furam a ordem de intervenção porque temos que trabalhar integrados a outras Secretarias. Outro caso, o Córrego do Sapé, que é uma área muito precária e já estava prevista para licitação é o maior problema que temos, com aproximadamente 2.000 domicílios. Somando as outras favelas o perímetro não chega a 500 domicílios, então agrupamos as outras áreas pequenas também para incluir no 1º quadrilátero junto com o Projeto do Sapé para aproveitar a intervenção que está sendo feita lá. **Sra. Violêta:** Para quem quer informações sobre esse detalhamento do Plano, as HABIs estão à disposição. Intermediadas aqui pela Secretaria Executiva, vocês podem ter detalhamento, bem como a colega Engenheira Luiza Martins está aqui representando RESOLO. A programação de RESOLO se adequou à priorização, então nesses perímetros se encontram também os loteamentos que têm que ser regularizados e como serão feitos. As licitações agora não podem mais deixar de incluir o entendimento completo. Importante termos aqui humildade também para podermos mostrar que esse é um trabalho de aprendizado e aprimoramento. **Sra. Isabel:** Nessa intervenção de sub-bacia, com projeção para o quadrilátero como é que isso está pensado, dessa integração, dessa necessidade que tem especialmente nessa região, que é da área de mananciais? **Sr. Luiz:** Na Habi-Sul, não tratamos de Mananciais, talvez a Luiza possa até falar um pouquinho a respeito pois ela está no grupo específico que trata de manancial. Com relação a nossa região, nós temos tentado integrar o máximo possível com as ações. Por exemplo, no Córrego Pirajussara temos uma ação que o Governo do Estado iniciou e nós, através do DAEE, que é a canalização do córrego. É uma ação que atinge São Paulo e Embu, durante um grande trecho do Pirajussara. Temos o grupo aqui que está dentro da Operação Urbana Vila Sônia, é um grupo que temos conversado também com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, estávamos negociando reserva de recursos para atuar nessas favelas, pela priorização do Plano. E se realmente esse recurso vier, vamos passar essas áreas para frente para trabalhar junto com a Operação Urbana, assim como está sendo feito no Real Parque. O Real Parque é uma área que já tem dinheiro da Operação Urbana, já tem dinheiro em caixa para fazer a obra então ela já foi pensada e antecipada. Quando outras Secretarias nos procuram, o primeiro condicionante que tentamos passar para as Secretarias é garantia para nos ajudar no atendimento às famílias, porque não adianta a SPTRANS chegar lá, mas tem um monte de favelas que vai passar o Monotrilho, precisamos tirar essas favelas, qual é a forma de atendimento para essas pessoas? Vão ter que providenciar um local para reassentamento e vão ter que providenciar verbas para reassentarmos as famílias. No caso do Monotrilho, estamos negociando com eles, queríamos muito, era o terreno da fábrica da Caloi, mas esse terreno eles querem usar como pátio do Monotrilho, chegou até pensar na possibilidade de construir o conjunto junto com o pátio, de repente fazer o conjunto em cima do pátio, tampa o pátio e faz o conjunto em cima, não sei. **Sr. Ararê:** São 3 perguntas: A própria SEHAB já está organizada, então em sub-bacias, é isso? **Sra. Violêta:** Organizada em regiões e o trabalho está sendo organizado por sub-bacias, temos HABI Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste, essa é a organização atributiva, funcional de organograma da Secretaria. **Sr. Ararê:** Essas ações estou vendo que são do Governo, tanto municipal como estadual mas se o empresário for investir numa região dessa, eles teriam que seguir uma diretriz que vocês têm, isso já está disponível também? **Sra. Violêta:** No momento em que o empresário vai fazer um projeto, se ele está em mananciais tem que seguir as diretrizes da legislação estadual. Se vai atrelar provisão, tem que atrelar a um Plano de Recuperação de Interesse Social, isso é Legislação Guarapiranga e Billings. No momento em que ele vai fazer a aprovação, vai se deparar com as necessidades das sub-bacias e não só das sub-bacias, do que tem como diretriz geral e no Plano para toda cidade. **Sr. Ararê:** É muito difícil conseguir um financiamento para uso misto, normalmente é só habitação, isso tem alguma proposta para tentar viabilizar esse tipo de empreendimentos? **Sr. André:** Posso responder isso no final? Essa tua pergunta entrou um pouco na área do meu trabalho. **Sr. Ararê:** Tudo bem. **Sra. Valentina:** Com relação ao perímetro de ação integrada, para a questão de assentamentos precários, acho que é super interessante, um grande avanço que esses conjuntos de parâmetros acabam agregando 3 grandes variáveis: o risco ambiental, o risco de vida e o grau de oportunidades e de condicionantes, a minha dúvida e pergunta é em relação aos terrenos desocupados, se dentro desse perímetro há alguma orientação e grau de prioridade, do que usar, de como usar, até para orientar ações que venham a surgir do Minha Casa, Minha Vida e de outros agentes? **Sr. Elcio:** Em relação às ações preventivas, o que a Prefeitura está pensando até para justamente valorizar todo esse trabalho que está sendo feito para que realmente não haja continuidade daqui para frente dos mesmos problemas? A 2ª questão, até aproveite a presença da Valentina para fazer uma provocação, mas no sentido construtivo, sabemos que o Estado vem construindo o seu Plano Estadual de Habitação. Ele ainda não foi finalizado, mas está em vias de, então veja, se pelo menos na questão da região metropolitana possa ter avanços para que não se perca esse trabalho que a Prefeitura de São Paulo está mostrando e que possa até enriquecer mais a nível ações metropolitanas. Violêta, eu queria aqui cumprimentar a Prefeitura hoje por essa reunião, nós temos aqui um quorum baixo, mas muito expressivo, acho que todos os segmentos aqui participando. Eu diria que essa reunião foi muito produtiva, queria parabenizar a todos os segmentos aqui, cumprimentar porque foi muito importante independente se o Plano ainda merece alguns ajustes. É muito importante que se diga que avançamos e muito e a Prefeitura e os técnicos estão de parabéns. Falo isso em nome do setor produtivo. **Sr. André:** Quando o Elcio colocou aqui que é necessário termos uma reunião com as esferas de Governo, eu acho que esse é um dos principais pontos para avançarmos. Tínhamos grande dificuldade de financiamento para o setor produtivo da construção civil, esse quadro vem se revertendo desde a estabilização da moeda e principalmente nos últimos anos. Não só com os Programas do Governo Federal, mas até com os próprios agentes financeiros, começando a focar financiamentos de longo prazo as suas possibilidades de manutenção nas suas carteiras de ativo, que o segmento produtivo, a Sociedade Civil e o Governo precisam repensar é como isso se expande para as novas formas de ocupação da cidade, principalmente uma cidade como a de São Paulo, do uso compacto. Uma das coisas para discutir talvez nesse fórum entre as 3 esferas de Governo, que a Caixa comece a financiar o uso misto. **Sra. Violêta:**

Valentina, os terrenos desocupados, faz parte de uma prospeção. No Conselho já se aprovou a destinação de recursos para compra de terrenos. Existe esse trabalho de prospeção, análise, busca e desapropriação com interesse social. Tem uma vertente desse trabalho que é acoplada às diretrizes do Plano e da política. O Seu Elgito estava dando um histórico muito importante que era de testemunha e de agente num certo tempo e testemunha, você tem nos anos 70 é a maior incidência dessas ocupações, depois você tem uma diminuição, nós chegamos então nessa década, praticamente não há novas ocupações, há muito adensamento, mas não novos perímetros de ocupações, no caso existe desde 2007 a Operação Defesa das Águas, que ela é um exemplo. Então ela tratou de melhorar em muito, é preventiva, já adentrou na Cantareira e começou no Manancial Sul. É uma ação integrada com o Governo do Estado, Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Nós aqui da Secretaria de Habitação. Então há sim uma política preventiva para que não ponha a perder todo o esforço desta melhoria. **Sr. André:** Vamos tentar fechar uma coisa para nosso trabalho: temos reunião do Conselho Municipal de Habitação no próximo dia 18. Eu faço a seguinte proposição para os conselheiros aqui presentes e para as pessoas também que não são conselheiras, mas que já participaram, que participam do Grupo de Acompanhamento do nosso Plano, que a gente se reúna ou no dia 5, ou no dia 12, para que nesta data a Secretaria Executiva em conjunto com a Secretaria de Habitação, mais a Secretaria de Subprefeituras, nos passem as datas definitivas das reuniões regionais. Ao mesmo tempo já sabemos que no dia 27, por solicitação do SINDUSCON e do SECOVI, eles vão ter uma apresentação. No dia 26 na Politécnica da USP às 14h30. **Sra. Valentina:** O próprio Eduardo Trani, que é o Coordenador do Plano Estadual de Habitação vai estar encaminhando uma discussão na região metropolitana. A gente tem na verdade uma expectativa de avançar a discussão, mas também como setorial de habitação, fica também dependendo de uma ação mais integrada de habitação, com saneamento, com transporte, etc. **Sra. Violêta:** Então está marcado para o dia 5 a reunião do GT ampliada de acompanhamento do PMH para noticiar os próximos passos, discutir as atividades até então, e para dar notícia na reunião plenária do dia 18. Muito obrigada a todos e até o próximo encontro sobre discussão do PMH. (Encerra a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMMH ATA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO SINDUSCON GESTÃO 2009/2011 Data da Reunião: 27/10/10

Local: Rua Dona Veridiana, 55 – São Paulo
No dia 27 de outubro de 2010, se reuniram no SINDUSCON, na Rua Dona Veridiana, 55 – São Paulo, para a Reunião de apresentação do Plano Municipal de Habitação vários participantes e Conselheiros, a reunião é iniciada pelo Sr. Molina - Eu queria parabenizar a Prefeitura pela iniciativa, estar ainda nos segmentos empresariais apresentando esse Programa de magnitude enorme, jamais feito aqui na Prefeitura de São Paulo. O Conselho tem sido hoje, um espaço importante dos debates das políticas habitacionais, isso nós queremos agradecer à Prefeitura e ao Ricardo. Sr. Ricardo – A nossa visão do Poder Público tem que ser a visão de complementar aquilo que a iniciativa privada faz, a crítica que vocês por ventura fizerem vai ser bem, tem até um artigo que eu estou escrevendo e pretendo publicar nos próximos dias, tem muita coisa sendo falada do Centro de forma errada, a fatídica faixa de vacância que o IBGE mediu em 2000, que hoje estou praticamente convicto de que está errado aquele número de 402.000 habitações no Município de São Paulo, está errado por dois motivos, um por falha no processo de coleta de dados, foi a primeira vez que esse índice foi medido, o IBGE faz censo desde 1900 e em segundo lugar eu acho que não houve um cuidado tão grande, nós não temos controle de qualidade para saber se na primeira ou na segunda a pessoa já falou que a casa está vaga, no Centro, Distritos, Sé e República por aquele censo tinham 10.000 unidades vazias, o que equivalia a 25 e 28% respectivamente da vacância, como nós sabemos no Centro existe muito mais imóveis degradados do que na média da cidade, então esse é o primeiro mito, queria convidá-los, eu queria fazer isso com o SINDUSCON oficialmente, organizar uma Audiência Pública, tem cinco prédios que nós estamos próximos de fazer avaliação, eu queria fazer uma espécie de audiência técnica aberta, e queria também que o SINDUSCON como instituição nos ajudasse nisso, convidar construtores como alguns de vocês para visitar esses cinco prédios, para criticar e ajudar nós construímos um termo de referência que seja adequado, finalizo dizendo que não são mais 53 prédios, são só 52 porque um deles foi invadido, no Programa nós não desapropriamos prédios que estejam ocupados, infelizmente tem um a menos, acho que a sociedade precisa reagir se ela não concorda com esse tipo de atitude, acho que tinha até que denunciar para o MEC, quer dizer, está falando que lá já tem uma escola no lugar da invasão, é piada um negócio desses. Sr. Abelardo - Para nós Conselheiros é inaceitável isso, estou só aguardando a 1ª reunião que tiver do Conselho, mesmo que fora de pauta, para fazer uma manifestação pontual. É inaceitável que a Prefeitura, com parques recursos, com pouco dinheiro, faça um esforço hercúleo para dotar novos imóveis que vão ser dirigidos a essas pessoas e meia dúzia de espertinhos por uma questão política ou seja lá o que for, não está respeitando o direito de todos os outros que também precisam de moradia. Sra. Violêta – Durante a última reunião da Comissão Executiva uma Conselheira que é representante de Movimento Popular, apresentou uma Moção de repúdio a essa invasão, de um prédio dos 53 que estão destinados para habitação social no Centro. Outro representante de Movimento Popular surpreso diante disso, pediu que pudessem negociar depois, que ela retirasse para eles fazerem alguma negociação, mas ela manifestou o repúdio, está registrado, ela retirou para que eles pudessem discutir depois. Sr. Ricardo – Não estamos fazendo nada na Nova Luz por causa da diretriz, mas o projeto está aprovado e ele mesmo iria reformar e lançar o prédio essa empresa, a HM que é ligada a CCDI da Camargo Correia. O outro prédio foi invadido da Ipiranga, os outros dois são do INSS, é um da 9 de Julho que toda hora é invadido, se eu fosse o INSS já teria demolido esse prédio. O outro é o Prestes Maia, não falei com eles, eu me recuso a recebê-los por conta da invasão, eu quero fazer política pública, essa enrolação não vai levar a nada. A demanda que está oficialmente postada é tão grande, que se nós não tivermos ajuda na iniciativa privada, não vamos conseguir, mostrar através do Plano é uma forma talvez politicamente interessante, é importante vocês falarem de que forma nós podemos fazer esse entrosamento com a iniciativa privada para conseguir melhorar essa situação da cidade, de tudo o que nós pagamos de imposto 6% vai para o Município, 80% vai para o Governo Federal, então o Município tem 3 impostos, ISS, IPTU e ITBI, quando nós começamos a gestão em 2005 o ISS era 1,5 bilhão de arrecadação, hoje são 6 bi esse ano de 2010, sem aumentar alíquota, o orçamento que era de 15 bi quando nós entramos em 2005, hoje ele é de 30 bi, arredondando os números, habitação tinha um orçamento de 250 milhões, hoje tem um orçamento de 1,5 bilhão, então nós

quadruplicamos o orçamento da habitação e numa situação de duplicar o orçamento do Município, dos 30 bi sobram 2 bi do quais 1,5 está na habitação. Sra. Violêta – Fazemos uma saudação e agradecemos essa oportunidade de dar continuidade aos debates e principalmente à apresentação do Plano, eu aqui queria mencionar a presença das colegas Arquitetas, a Nani que representa HABI Norte, a Engenheira Luiza Martins da turma do Secretário, são os dois politécnicos hoje aqui, a Marina Batista que representa HABI Leste, o Rodrigo Minoura que está representando a COHAB, o Assessor Hadad e a Ana Maria Maluf que é nossa colega da Secretaria Executiva, estamos aqui para apresentar o Plano Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo que é um Plano que tem um horizonte de 2009 até 2024, um espaço de ação institucional e de gestão pública para quatro gestões, estamos falando aqui da Cidade de São Paulo com 3 milhões de paulistanos vivendo em assentamentos precários, queria fazer menção que não está presente, a Arquiteta Tereza Beatriz Herling, que é a Coordenadora Técnica do Plano, você tem uma larga faixa tipológica de assentamentos precários que tem uma certa face, uma certa homogeneidade e certa permanência, nós aqui em São Paulo não estamos falando desse universo de favelas que são de madeiras, zinco ou de materiais que são de fácil combustão ou de não permanência, estamos falando de uma precariedade permanente, essa medida foi tomada por um censo específico que foi realizado por contrato com a Fundação SEADE, é bom dizer que esse Plano Municipal de Habitação está no âmbito de uma cooperação técnica que a Cidade de São Paulo tem com a Aliança de Cidades, que é um organismo internacional do qual faz parte o Banco Mundial e outros países do 1º mundo, o Plano é uma obrigatoriedade a partir do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, os desafios do Plano Municipal de Habitação são vários, definir prioridades da intervenção para a política pública de habitação, preparar os Programas, otimizar os recursos, buscar as parcerias importantes e obviamente a iniciativa privada no setor da construção e setor imobiliário, é básica essa parceria, preparar equipe técnica, porque esse Plano foi realizado no âmbito da própria Secretaria valorizando a equipe técnica de carreira, dos colegas da própria Secretaria, estamos falando aqui da Constituição Federal artigo 6º que é o direito a moradia e direito a moradia digna com os direitos fundamentais garantidos, saúde, educação, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, no qual está a obrigatoriedade de realização do Plano Municipal de Habitação e nós somos signatários das metas do milênio, das Nações Unidas, diga-se de passagem que São Paulo signatária das metas do milênio tem sido em uma avaliação recente, um dos grandes cumpridores perseguindo essas metas, estamos aqui alinhados nos três níveis sendo que o sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social o FINHIS, além do Plano Nacional de Habitação, o Plano Estadual de Habitação está em sua finalização e o Plano Municipal de Saneamento que é a Lei Municipal 14.934 do ano passado, que é um marco, nós que temos muitos anos de Prefeitura, que somos de carreira, é um marco nós temos uma política habitacional que está ligada institucionalmente a uma política de saneamento, esse valor conforma mais ou menos 300 milhões a 350 milhões de reais, isso será parte dessa agenda, dessa união de recursos, nesse www.habisp.inf.br que nós convidamos todo mundo a fazer uma visita, se trata de um sistema de informações de habitação social que foi criado no âmbito da cooperação de cidades, de Aliança de Cidades os assentamentos precários na Cidade de São Paulo, como vocês estão vendo, estão ainda nas periferias, os cortiços que estão na região central, estamos falando dos 1.509 km² da Cidade de São Paulo, menos de 10% estão ocupados por esses assentamentos precários, estamos falando em famílias que são jovens, que estão já com a família formada, de chefes de famílias, precisamos mesmo é tratar da questão educacional, estamos falando aqui de famílias com menos de 8 anos de escolaridade, vínculos de trabalhos não formalizados e o predomínio de conjúgos fora do mercado de trabalho, está estabelecido um sistema de priorização que vai dos piores lugares aos menos piores, para fazer intervenção, é a união de quatro indicadores que leva a esse ranqueamento, estamos falando aqui de infra-estrutura, com certeza nós não deveríamos estar ocupando certas áreas que já estão ocupadas, então o risco é um dos principais indicadores para o ranqueamento, a vulnerabilidade social que é tirada de uma pesquisa que é feita pela Fundação SEADE, o índice de saúde pública e nós temos as intervenções baseadas nessa priorização, se trabalha com as questões de saneamento, drenagem, transportes, a mobilidade, a questão dos resíduos sólidos, saúde e principalmente a questão ambiental dentro do Município, outra falácia que nós temos que romper que todo mundo que mora no manancial se mudaria para esse 400.000, essas unidades que não existem e ainda iriam para o Centro, que nós enfrentamos o problema garantindo que essas populações possam manter as suas redes sociais, suas raízes, suas relações de vizinhança principalmente, os equipamentos públicos é uma preocupação importante dentro do projeto e desse arranjo urbanístico porque já se tem a certeza e essa comprovação da transformação que os espaços públicos que são realizados, projetados e construídos dentro desses assentamentos. Na sua intervenção, fazendo parte do projeto, garantem a qualidade da intervenção, você não faz mais uma intervenção somente em um núcleo de favela ou somente em um loteamento, ou só faz o parque linear, você tem que olhar aquilo como um pequeno Plano Urbanístico que se amarra na sua generalidade com uma política mais global. Estamos falando aqui de 670.000 domicílios para serem adequados e produção de novas moradias na ordem de 133.000 para os assentamentos precários, estamos falando então da ordem necessária de 20 bilhões de reais. Temos desde 2005 até 2010 174.000 moradias no Programa de Urbanização de assentamentos precários, 20.000 unidades construídas e em construção, nova provisão, 280 cortiços em obras e sendo que deles 1.200 Cartas de Crédito da CDHU já foram distribuídas, estamos falando aqui da ordem de 6 bilhões de reais, há 25 anos nós não tínhamos essa integração com o Estado. A adequação de cortiços tem funcionado muito bem, é um Programa barato que na verdade está fazendo o proprietário cumprir a lei, então esse é um Programa muito bem sucedido, os Programas de Aluguel Social, que são subsídios sociais ao aluguel, está sendo previsto para 160.000 famílias da ordem de 5 bilhões na previsão ao longo do tempo, para execução do Plano e Parceria Social 13.000 famílias, necessitaríamos de 200 milhões, em andamento já tem mais de 12.000 famílias em aluguel social, hoje você tem mais de 12.000 famílias em aluguel social, 1.200 famílias no Programa de Parceria Social, Programa que foi criado no âmbito do Conselho Municipal, é um Programa bem sucedido, pelo menos 94.000 unidades seriam necessárias para atender essa co-habitação indesejada e mais aquela 133 que nós mostramos, teríamos por volta desses 227.000 novas unidades como provisão ao longo dos quadriláteros, temos 53 prédios em fase de desapropriação na região central, menos um que também manifesto o meu repúdio por essa ocupação indevida, 2.000 unidades no projeto Nova Luz, 12.000 unidades habitacionais que são das Operações Urbanas Água Espirada, Faria Lima, e Água Branca, convênio com a COHAB, Caixa Econômica no Programa Minha Casa Minha Vida que é da ordem de 15.000 unidades e o Programa de Banco de Terras, essa foi uma contribuição de uma Conselheira, da professora Marly Namur da FAUUSP estamos falando da necessidade de uns 120.000 domicílios, 3km² de

território, provisão para cortiços a provisão fora dos assentamentos que pudesse atender a faixa de menor renda por volta de 18km², a provisão fora de assentamentos para 3 a 6 salários por volta da mesma ordem de grandeza, então estaríamos falando da necessidade de 38 km² desse território do Município de São Paulo para ser instalada, implementada esta provisão e por volta de 14 bilhões de reais. Esta é a distribuição territorial dessas ZEIS que representam 17km² de território na Cidade de São Paulo, em andamento temos hoje em estudos para decretar de interesse social meio quilômetro quadrado dessas áreas estão já sendo desapropriadas como de interesse social, vocês vão ver aqui onde está a participação importante da iniciativa privada e o interesse dela pela habitação de interesse social e de mercado popular, que é no 6 a 10 salários mínimos que tem um total de recurso alocado conforme o Secretário Ricardo Pereira Leite mencionou, nós estamos falando hoje de uma alocação de recursos para habitação social na Cidade de São Paulo, da ordem de 1,5 bilhão por ano, e para fazer, executar esse Plano, seria necessário mais que dobrar esse orçamento do Governo do Estado e quase 25% do Governo Federal. Sr. Eduardo - Gostaria de parabenizar a Secretaria Municipal de Habitação, particularmente essa equipe que conduziu esse processo, quem conhece a Violêta, a Bete e o Ricardo, sabe que desse grupo só poderia vir coisa boa, apesar de eu não conhecer detalhes do Plano, ele me parece bastante sólido, consistente, com musculatura, acho que ele incorpora algumas coisas muitíssimas interessantes, experiência acumulada, da própria equipe técnica da Prefeitura o alinhamento institucional, há anos se sempre discute política habitacional na Cidade de São Paulo, nós sempre identificamos esse como sendo um problema, a falta do alinhamento institucional e esse Plano está incorporando esse aspecto que é muito importante, apresenta uma característica totalmente nova, que são esses critérios de priorização das intervenções, infra-estrutura, área de risco, vulnerabilidade social, saúde pública com isso elimina qualquer tipo de benefício político ou clientelista que seja, eu fiquei apenas com uma dúvida inicial que é em relação ao banco de terras, eu queria saber baseado em que tipologia vocês definiram essas áreas a taxa de vacância tenho muitas dúvidas em relação a esse número, outras coisas que sempre aparecia essa tal de co-habitação. Sr. Ricardo – A co-habitação estima-se porque na verdade ninguém sabe, a própria João Pinheiro, que 50% é indesejável, então nós estimamos que 50% é um déficit, com relação aos terrenos eu acho que a pergunta é muito boa, nós usamos o seguinte critério, hoje quando fazemos terreno mais quatro nós conseguimos fazer uma vez o terreno com os demais parâmetros urbanísticos, então nós precisamos portanto de 50m² aproximadamente para cada unidade, achamos que isso precisa ser mudado e precisamos verticalizar mais do terreno mais quatro porque temos um déficit de terrenos na cidade e não vai ser possível obter os tais 38 milhões, estamos tentando desapropriar todos os terrenos que encontramos, inclusive já desapropriamos alguns que vocês também estavam tentando comprar, precisamos desenvolver um condomínio que não gere custo de condomínio, estamos com uma aprovação de revisão do Plano Diretor que sequer toca nesses pontos e mesmo assim temos uma resistência, vamos dizer, inesperada dos agentes que fazem barulho, da imprensa e tudo mais, o gabarito teve um intuito talvez de restringir a densidade, mas gabarito não serve para restringir a densidade, hoje o maior defensor da eliminação dos gabaritos é o Secretário do Meio Ambiente, porque verticalizar é melhor do que horizontalizar, do ponto de vista da drenagem da permeabilidade, teve uma reportagem do Estado de São Paulo que foi repercutida falando que nós demolimos 2,5 casas por dia no Município de São Paulo, eu me recuso a comentar a matéria porque é tão ridículo, mas o fato é o seguinte quando nós temos uma favela, temos hoje em uma favela densidades superiores a de bairros como Itaim Bibi, por exemplo, e a favela é horizontal, quando nós falamos em verticalizar e não temos terrenos, nós vamos precisar liberar espaços que hoje estão ocupados de preferência com menos adensamento do que a favela Sr. Laércio - Eu concordo com o Eduardo quando ele fala dessas duas questões que o Plano traz, essa sinergia institucional e a questão das priorizações, eu pergunto quais ações são feitas ou são necessárias no sentido de não permitir esses assentamentos tomem um tamanho maior, fico muito preocupado pelo fato do Governo do Estado ainda não ter constituído o seu Plano Estadual, hoje assistimos esse Plano do Município com todo esse corpo, muito interessante, muito bom, eu não vejo o Estado nessa linha, então fico preocupado qual é o resultado que poderá vir quando o Plano Estadual for apresentado pelo fato do Governo Federal não ter recurso suficiente para bancar a integralidade dessa população até 3 salários mínimos, você colocou que realmente o Município não tem recursos orçamentários previstos, suficientes, eu acho que nós temos que chamar isso em um debate Sr. Abelardo – Dentro da necessidade de recursos, uma expectativa de que a iniciativa privada contribua um pouco mais, lembrei naquela ocasião em que a iniciativa privada já dá uma significativa parcela de recurso através do Fundo de Garantia, isso tende a diminuir, até desaparecer, o Fundo de Garantia não mais suporta subsidiar nos níveis que está fazendo, nós vamos enfrentar agora o orçamento de 2011 um dinheiro justo, perigo até de atingir a meta do Minha Casa Minha Vida e não ter subsídio para todas as vendas que venham a ser feitas, não está havendo um controle de toda essa demanda que está sendo buscada no mercado, eu acredito para 2012 com certeza isso vai acontecer, essa questão dos recursos eu queria já antecipar que eu não vejo como a iniciativa privada tenha condições de colaborar até nos índices que ela vem fazendo, a tendência é diminuir e reforçar então a proposta do Elcio, acho que o Governo Federal tem que sentar e estabelecer se ele quer fazer uma política habitacional dessa natureza e que tamanho vai ser a parcela de subsídio que eles vão dar, a parcela que eles têm dado do 3 a 6 é pequena, chega com atraso, para vocês terem uma ideia eles colocaram menos de 1 bi até hoje do 3 a 6, se queremos praticar esse tipo de política, fazer com que o orçamento geral da União abra o cofre e destine um pouco mais de recurso para subsídio. Sr. Ricardo – Quando nós estávamos combatendo a inflação, habitação era um negócio que envolvia muito recurso e tal e ninguém dava atenção, parte do problema que temos hoje foi justamente pela omissão que tivemos todo esse período, o Minha Casa Minha Vida teve 20 bilhões de recursos a fundo perdido, o orçamento da União esse ano foi 1 trilhão 738, esses 20 bilhões do Minha Casa Minha Vida nós sabemos que ele vai ser diluído por pelo menos 2 anos, 3 anos, tomamos certo cuidado de não cobrar do Governo demais, porque quando o Governo e a imprensa, que não entende às vezes certas dificuldades inerentes ao processo de produzir uma habitação, faz perguntas erradas e o político às vezes tem medo de responder a verdade, o Estado de São Paulo 74.000 habitações dessa de 0 a 3 salários, o que aconteceu em São Paulo, no interior embora tenha terreno, não tem demanda porque o CDHU nos últimos anos só atou no interior de São Paulo que é onde tinha terreno, então o déficit no interior de São Paulo é muito baixo, no Município de São Paulo não tem terreno, então tínhamos uma dificuldade por mais que tivesse o dinheiro, tinha uma dificuldade para fazer no Município de São Paulo uma imperfeição que teve no Minha Casa Minha Vida que eu acho que prejudica o país em última análise, porque estamos atendendo lugares que não precisam tanto, desatendendo outros que precisam mais e assim por diante, o subsídio vai vir do Go-